

Covas já sabe o que ficará para o voto

Parlamentarismo, imissão de posse e duração do mandato não serão solucionados por entendimento prévio, mas decididos no voto, tal a controvérsia existente na respeito dos três temas dentro da Constituinte, segundo declarou o líder do PMDB, senador Mário Covas, logo após a solenidade em que o relator geral da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, fez entrega a Ulysses Guimarães do projeto da Constituição.

Covas confessou-se um parlamentarista convicto e estranhou declaração do senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, publicada em matutino carioca, ontem, segundo à qual ele era parlamentarista

mudando para presidencialista porque é candidato a presidente da República. "Fui e sou parlamentarista. Continuo defendendo a mesma posição" — disse Covas.

Em seguida, conversando com os jornalistas à saída do gabinete de Ulysses, o líder do PMDB na Constituinte disse que as questões mais controvertidas não poderão ser objeto de consenso ou de entendimento devendo ser decididas em plenário, na votação.

Forma de governo e duração do mandato foram incluídas como questões polêmicas por Mário Covas. Ele também citou a imissão de posse, instrumento que considera indispensável para a realização de uma reforma agrária eficaz no País, como outro pro-

blema controvérsio. A anistia aos militares punidos após 1964 é outra questão que vai ser decidida pelo voto em plenário, de acordo com Covas.

O líder do PMDB na Constituinte não considera que haja mais problemas na Ordem Econômica. Pelo contrário, considera que os pontos mais importantes desse capítulo são cônscensuais. Citou o caso dos minérios, que ficou muito bem disciplinado, em seu entender, no relatório do deputado Bernardo Cabral.

A partir do conhecimento do parecer Cabral, Covas acha que a segunda batalha é a formulação do segundo substitutivo do relator, que terá de ser apresentado até o dia 7 de setembro.

Anistia: 1500 voltariam só na Marinha

A penas a Marinha de Guerra do Brasil poderá reintegrar cerca de 1.500 marinheiros e fuzileiros navais ao serviço ativo ou indenizá-los financeiramente, caso o projeto de anistia entregue ontem ao deputado Ulysses Guimarães, seja aprovado pela Assembléa Nacional Constituinte considerando os atos de rebelião dos marinheiros amotinados no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro uma ação política. Os militares foram punidos por atos administrativos, com base nos regulamentos disciplinares, por não possuirem tempo de serviço (o mínimo de 10 anos). Resta esperar a reação dos ministros militares que ainda não haviam lido o anteprojeto.

Moderados têm a vantagem na Sistematização

O grupo "Moderado" da Constituinte já considera que tem a maioria dos votos na Comissão de Sistematização. Com um conjunto de idéias e propostas uniformes, ao contrário dos "progressistas" que divergem sobre os mesmos pontos, a prevalência dos "moderados" na comissão que vai aprovar o anteprojeto de Constituição a ser submetido ao plenário da Constituinte a partir de setembro é uma condição admitida, nestas alturas, pelos diversos grupos políticos.

A descrença na possibilidade de o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, produzir um substitutivo que refletisse o consenso na Constituinte, incentivou, entre as lideranças partidárias formais e informais, uma verdadeira corrida em busca da maioria, representada, nesta fase, por 47 dos 93 votos.

O principal responsável pelas articulações do setor "moderado" na sistematização foi o deputado Francisco Dornelles. Ele começou a conversar com os constituintes há cerca de um mês e considera que "fechou" 45 votos. Um levantamento feito por assessores do Senado que vem auxiliando o presidente da comissão, senador Afonso Arinos, porém, revela que os votos estão bem divididos e que a definição dos senadores José Richa, Alfredo Campos e Wilson Martins seriam "fiéis da balança" na disputa pela maioria.

O líder do PFL, deputado José Lourenço, garante que o grupo "moderado" já tem certos 56 votos. Mas o deputado Prisco Viana, para quem o "pacote" de votos só irá se definir quando Cabral se decidir pelo sistema de governo e mandato em seu substitutivo, conta, por enquanto, entre certos e muito prováveis, 53 votos, sendo 17 do PMDB, todos os do PFL, incluindo os do chamado grupo moderno, os do PDS, PTB, PL, PDC e PMB. Nesse processo de articulação política com vistas a sistematização, os "moderados" levam uma vantagem sobre os progressistas.

PCs criticam ida de Cabral ao Planalto

A impressão do líder do PC do B, deputado Haroldo Lima (BA), é a de que o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, foi chamado ao Palácio do Planalto para receber um "carão" do presidente Sarney. Já para o líder do PCB, deputado Fernando Santana (BA), a Assembléa Nacional Constituinte parece uma grande orquestra que ainda juntaria "seus" instrumentos no palco, indefinida entre fazer coro com os grandes interesses ou com os anseios da sociedade. Estes quadros foram traçados pelas duas lideranças de esquerda na sessão de ontem da Constituinte, repudiando as ingerências da Presidência da República junto à elaboração do substitutivo de Cabral.

Também o PT se manifestou, através do deputado João Paulo (MG), contra a ida de Cabral ao Palácio do Planalto. A questão crucial desta situação, para os

constituintes, é o ataque à soberania da Assembléa. Haroldo Lima protestou contra "a forma abusiva e insolente com que tem sido tratada a Constituinte". Ele está certo que o povo elegeu a todos os constituintes pensando "que seríamos soberanos", mas reconhece que com toda a ingênuidade do Planalto vai ser difícil garantir a soberania.

O líder do PC do B declarou ainda que o presidente Sarney deveria ter mais humildade e cautela e se situar dentro do maior rigor democrático diante da Constituinte, já que não foi eleito pelo povo. Fernando Santana ressaltou a dificuldade de a "orquestra" afinar seus instrumentos e dar harmonia à peça. "Todos querem incluir na pauta os seus trechos particulares de melodia e harmonia", disse ele, elegendo como os tenores desta obra o relator Cabral e o presidente Ulysses Guimarães.